

PROCOLO SOBRE A EXECUÇÃO DE CARTAS ROGATÓRIAS

Promulgado pelo Decreto n° 9.169, de 30 de novembro de 1911.

PROTOCOLLO

Aos doze dias do mez de Dezembro do anno de 1906, reunidos no Ministerio das Relações Exteriores do Brasil, o Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado da mesma Repartição, e o Sr. Don Rufino T. Dominguez Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay, com o fim de combinar o meio de facilitar a execução, pelas justiças de um dos dous paizes, das cartas rogatorias que lhes foram dirigidas pelos Tribunaes do outro, tanto em materia civil, como criminal, convieram, depois de communicados os respectivos Plenos Poderes, achados em boa e devida fórma, em modificar, da seguinte maneira, o art. 4° do Accôrdo de 14 de fevereiro de 1879:

As cartas rogatorias e mais documentos judiciais, tanto em materia civil como criminal, expedidos pelos Tribunaes da Republica dos Estados Unidos do Brasil aos da Republica Oriental do Uruguay e bem assim os que forem dirigidos pelos Tribunaes da Republica Oriental do Uruguay aos do Brasil, ficam isentos da legalização consular quando transitem por via diplomática e, na falta desta, pela consular.

O presente Protocollo, que só entrará em vigor depois de approvedo pelos Congressos dos dous paizes contractantes, será ratificado e suas ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro ou em Montevidéo no mais breve prazo possivel.

Em testemunho do que, os mencionados Plenipotenciarios firmaram e sellaram o presente Protocollo, em dous exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, aos doze dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e seis.

(L.S.) Rio-Branco.

(L.S.) Rufino T. Dominguez.